

***O COTIDIANO NA NOUVELLE HISTOIRE:
UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO FÉRTIL DE “OUTRAS HISTÓRIAS”***

PAULO RICARDO BONFIM¹

RESUMO

O presente artigo tem como escopo apresentar sucintamente, como convém à brevidade deste trabalho, a História do Cotidiano – seus referenciais analíticos, potencialidades e desafios – no quadro mais amplo de emergência dos novos aportes teórico-metodológicos na escrita da História, no vasto espectro daquilo que se convencionou chamar de *Nouvelle Histoire*. O artigo versa sobre a emergência dos novos referenciais teóricos, temas e objetos no contexto de revisão crítica do *faire de l'histoire*. Advertimos, todavia, sobre o caráter introdutório desta análise, que visa ser útil a leitores iniciados ou não nos estudos históricos, assumindo, explicitamente, um estilo didático ao apresentar a História do Cotidiano em sua própria historicidade, como abordagem emergente na produção historiográfica vincada pelos novos referenciais analíticos.

PALAVRAS CHAVES: História do Cotidiano. Nova História. Cotidiano e Poder.

A historiografia recente sobre o cotidiano situa-se no contexto de revisão crítica dos paradigmas tradicionais da escrita histórica, revelando novos sujeitos, antes negligenciados pela historiografia tradicional, novas experiências sociais e interpenetrações entre as esferas do público e do privado, explorando, para tal, novas fontes e métodos para sua análise.

A obra *Cotidiano e Poder: história, cidade e poder*, da historiadora Maria Izilda Matos (2002), insere-se nesse contexto de revisão dos paradigmas da escrita

¹ Cientista Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é mestrando em Educação, na linha de pesquisa em História, Historiografia e Ideias Educacionais, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.

histórica, embora coloque-se de forma crítica em relação a alguns pressupostos atribuídos aos pós-modernos, particularmente aqueles que levam aos riscos de uma abordagem fragmentária e marcada pela ausência de análise dos conflitos inerentes à realidade social. Nesse sentido, a historiadora é enfática ao destacar a primazia da perspectiva analítica sobre as abordagens descritivas, ao sondar as múltiplas relações de poder que se manifestam nas tramas do cotidiano. Como observa a autora, o estudo do cotidiano oferece uma perspectiva privilegiada de análise, pronta a subverter concepções universalistas, cristalizadas pela historiografia tradicional, evidenciando uma multiplicidade de sujeitos históricos, bem como de temas antes desprezados.

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos do cotidiano foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico. O personagem histórico universal cede lugar a uma pluralidade de protagonistas, e o método único e racional do conhecimento histórico foi substituído pela multiplicidade de histórias [...] Essa produção tem revelado os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, sinalizando a necessidade de estudos específicos que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas, bem como observem a heterogeneidade das experiências incorporando toda a complexidade do processo histórico, o que implica aceitar as mudanças e as descontinuidades históricas (MATOS: 2002, p. 28).

Em oposição à história tradicional, os novos referenciais analíticos, reunidos sob o signo da *Nouvelle Histoire*, caracterizam-se, como sugere Jacques Le Goff e Pierre Nora², pelo descortinamento de *novos problemas, abordagens e objetos* no campo dos estudos históricos.

² Em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora, dois expoentes da Nova História, organizaram na França uma coleção em três volumes para discutir os novos caminhos da história. A obra se tornou referência nos estudos sobre a historiografia renovadora de origem francesa. No Brasil foram publicados: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Historia**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. ; _____. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. ; _____. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

A *Nova História*, expressão de certo muito genérica, compreende as várias transformações ocorridas no campo da historiografia desde a década de 1920, sobretudo pelas iniciativas de Marc Bloch e Lucien Febvre ao criarem a revista *Annales d'Histoire, Économique et Sociale*, em 1929, que rapidamente se tornou um poderoso pólo de atração e difusão de uma historiografia revolucionária e crítica à história tradicional, especialmente em relação à escola *metódica*. (BURKE: 1992, p. 10; VAINFAS: 1997, p. 192-3). Os historiadores ligados à revista *Annales...* distinguem-se dos “tradicionalistas” por abandonarem as noções de *central* e de *periférico* na abordagem historiográfica; dessa forma, esses pensadores buscaram pôr em evidência novos personagens históricos e mostrar uma nova historiografia fora dos padrões positivista. (GATTI JR.: 2002, p. 9; MATOS: 2002, p.23) Dentre as principais diretrizes desta *Nova História*, destacam-se a substituição da tradicional *narrativa* dos acontecimentos por uma *história-problema* e a ampliação dos estudos históricos para todas as atividades humanas. Para dar conta de tais ambições, a colaboração com outras disciplinas científicas, como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística e a antropologia social, mostrou-se imprescindível (BURKE: 1997, p. 11-2).

Contra a tal história historicizante, Febvre e Bloch opunham uma assim chamada história nova, uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história de estruturas em movimento, com grande ênfase no estudo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, ao contrário do proposto pela concepção marxista da história. Uma história preocupada, enfim, não com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passível de compreensão e explicação (VAINFAS: 1997, p. 193-4).

Essa *Nova História* caracteriza-se mais como um *movimento* – singularizado pela extraordinária ampliação teórico-metodológica que produziu no campo dos estudos históricos e pela disposição em combater a *histoire événementielle* – do que como uma *escola*, talvez pelas idéias de imobilidade e consenso que esta última poderia sugerir a respeito das abordagens e dos métodos, sendo mais fácil defini-la em função daquilo a que se opõem, ou seja, à história tradicional essencialmente política e centrada no

Estado. (BURKE: 1992, p. 10, 1997, p. 12; VAINFAS: 1997, p. 193) Com certa clareza, pode-se distinguir três fases nesse *movimento*. Sinteticamente, a primeira fase corresponde às críticas de Febvre e Bloch à *histoire événementielle*, tal como, mais tarde, Braudel a definiu no prefácio d’*O Mediterrâneo*³. Bloch e Febvre, colegas na Universidade de Estrasburgo, fundaram a revista, no final da década de 1920, em torno de um grupo ainda pequeno, mas pronto a subverter a conservadora ordem historiográfica de então. A segunda fase, já no pós-guerra, corresponde ao período em que esse grupo, sob a predominância de Fernand Braudel, já desfrutava de prestígio no meio acadêmico francês; nesta fase do *movimento* já é possível identificar, com clareza, algumas idéias sedimentadas, como os conceitos de *estrutura*, *conjuntura* e as noções de *temporalidades distintas*; talvez o estágio mais próximo daquilo que poderíamos chamar de uma *Escola*. A terceira fase, a partir de 1968, é marcada pela fragmentação; é policêntrica e não apresenta consenso teórico-metodológico. Neste momento, alguns historiadores migraram das abordagens sócio-econômicas para perspectivas socioculturais, enquanto outros redescobriram a história política e, até mesmo, a narrativa, evidentemente de forma bem diferente daquela praticada pela história tradicional (BURKE: 1997, p. 12-3).

É na ampliação das áreas de investigação proporcionada pelo esforço teórico e metodológico da *Nova História* que se situam os estudos sobre o cotidiano, sobretudo pela análise da dimensão política deste, levantando questionamentos sobre as transformações na sociedade, na família e nas condutas de homens e mulheres. Ainda, pela análise do político na esfera privada e cotidiana, operando tanto um deslocamento das análises sobre o poder centradas no Estado, típicas na história metódica, como uma ampliação dessa noção para o campo dos discursos, saberes – como poderes – e ações cotidianas, numa politização do dia-a-dia, ou melhor, na sua evidenciação como problema de pesquisa. (MATOS: 2002, p. 22)

Vale observar, os esforços conjugados para a produção e publicação da obra *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*⁴,

³ BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fonte, 1989.

⁴ NOVAIS, F. A. (coord.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. V. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

volume coordenador por Fernando Novais, já indica a filiação, entre nós, dos estudos sobre o cotidiano e a vida privada à *nouvelle histoire*, tendo em vista o empenho coletivo de adaptação da proposta francesa da clássica série *Histoire de la vie privée*, sob os auspícios de Philippe Áries e Georges Duby. Na obra *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*⁵, organizada por Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso, a história do cotidiano e da vida privada aparece na segunda parte, intitulada *Campo de investigação e linha de pesquisa*. Na primeira parte, dedicada aos *Territórios do Historiador: Áreas, Fronteiras, Dilemas*, são apontadas cinco abordagens: *História Econômica, História Social, História e Poder, História das Idéias e História das Mentalidades e História Cultural*, sendo que a primeira e a última constituíram o terreno teórico privilegiado para o desenvolvimento dos estudos sobre o cotidiano e a vida privada.

Contudo, o interesse de historiadores pelo cotidiano e pela vida privada não é exatamente recente como se poderia supor pela emergência desses estudos no contexto da *Nova História*. Como sublinha Matos (2002, p. 21-2), trata-se mais de uma redescoberta, embora sob uma perspectiva teórico-metodológica bastante distinta das primeiras investigas históricas. Nesse sentido, desataca a série *La vie quotidienne*, de Hachette, publicada na década de 1930. Recuando um pouco mais, Del Priori (1997, p. 383) faz referência aos três volumes que compõem obra *Histoire de la vie privée des français*, de 1782, do historiador francês Legrand D’Aussy, revelando que a história da vida privada antecede ao *movimento dos Annales*. Como sugere a historiadora, esse campo de investigação foi recuperado pelos historiadores ligados ao *movimento dos Annales*, em sua terceira fase, no momento de emergência de uma *história antropológica*.

Na *nouvelle histoire* da vida privada e do cotidiano pode-se perceber aquilo que Burke (1997, p. 94-5) chamou de *viragem antropológica*, como uma mudança em direção à antropologia cultural – ou simbólica –, mais ambiciosa ao propor uma antropologia histórica ou, mesmo, uma etno-história ao invés de apenas tomar-se de

⁵ CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

empréstimo alguns conceitos úteis da ciência vizinha. Nessa perspectiva, as principais influências são Erving Goffman, Victor Tunner, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, centrais nas obras dos historiadores que se dedicaram a desenvolver uma história de influência antropológica. O historiador inglês destaca, ainda, a influência do filósofo Michel Foucault sobre os historiadores ligados aos *Annales*, na terceira geração, alertando para a complexa relação entre poder e conhecimento. Esses estudiosos e seus conceitos e análises vêm sendo, com entusiasmo, apropriados e adaptados na construção dessa história, digamos, mais antropológica; nessa direção, destacam-se historiadores de grande vulto no movimento dos *Annales*, como Le Goff e Le Roy Ladurie.

Com o auxílio da antropologia histórica, o cotidiano e a vida privada permitem ser analisados numa abordagem global, que atribui a cada ator e a cada elemento da realidade histórica um papel no funcionamento dos sistemas que permitem a decifração desta realidade. A antropologia corresponde à necessidade de encontrar, no cotidiano e na vida privada, diferentes formas de transformação, de fazer seu inventário, de compreender seus mecanismos e afirmar sua pluralidade (DEL PRIORI: 1997, p. 392).

Em 1967, a publicação da obra *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme*, de Braudel, significou um grande impulso para a História dedicada à vida cotidiana, tanto material quanto mental, das sociedades do passado. O primeiro volume foi dedicado às *estruturas do cotidiano*, na defesa de uma história orientada por problemas ao invés da antiga fórmula descritiva, comum à historiografia tradicional. Em 1958, Braudel já dava pistas desse caminho com o artigo *A Longa Duração*, publicado na revista *Annales...*, insistindo na importância de uma História centrada em aspectos do cotidiano como o vestuário e a alimentação (DEL PRIORI: 1997, p. 380; MATOS: 2002, p. 22).

Del Priori (1997, p. 207-8) destaca, ainda, o artigo *A História do Cotidiano*, de Jacques Le Goff, publicado, na década de 1980, na coletânea *L'Histoire Aujourd'hui*, da *Magazine Littéraire*. Segundo a autora, neste artigo as *mentalidades* aparecem travestidas de *cotidiano*, sinalizando, como sugere, um possível sinal de que o conceito de mentalidades já começava a ser superado entre os intelectuais franceses. Destaca, também, o esforço de Le Goff em demonstrar que o estudo do cotidiano não se

confunde com o inventário de anedotas ou extravagâncias, com a pretensão ingênua de ressuscitar o passado, numa crítica à colação francesa *História da Vida Cotidiana*, publicada em 1938. Ainda, ressaltava a necessidade absoluta de vincular os estudos do cotidiano a totalidades explicativas. Pode-se perceber, aqui, uma ligação entre a história das mentalidades, da qual a nova história cultural – tão prestigiada dentre as abordagens da *nouvelle histoire française* – vai surgir e se diferenciar, com a história do cotidiano.

Como sublima Del Priori (1997, p. 380), parafraseando Le Goff⁶, uma análise do cotidiano só tem valor histórico e científico quando situado numa perspectiva analítica mais ampla, contribuindo para explicar a sociedade, bem como sua construção histórico-social. Nesse sentido, a historiadora cita a célebre obra de Marc Bloch, *A Sociedade Feudal*, onde são discutidas as formas singulares de *sentir e pensar* imbricadas numa análise geral da sociedade feudal, e o livro *O Processo Civilizador*, de Norbert Elias, em que o autor realiza um estudo da cultura européia, da sociedade de corte até a das luzes, através da vida cotidiana.

Numa perspectiva distinta da francesa, nas análises históricas da cultura, destaca-se o estudo do historiador britânico E. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa⁷. O historiador britânico coloca a polêmica questão de uma luta de classes numa sociedade sem classes, na Inglaterra do século dezoito. Historicizando o emprego da noção de classe trabalhadora pôde, com singular perspicácia, apreender, de uma só vez, a construção de seu objeto e do seu conceito (NOVAIS: 1997, p. 10; MATOS: 2002, p. 23). Sobre as potencialidades dessa análise:

[...] estudos como o de E. Thompson [...] trouxeram luzes sobre o que poderíamos chamar de uma “cultura de resistência”, em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência (MATOS: 2002, p. 23).

⁶ LE GOFF, J. **A história do cotidiano**. In: DUBY, G. et alii. *História e nova história*. Lisboa: Editora Teorema, 1986.

⁷ THOMPSON, E. P. **La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?** In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

Analisando influências de outros matizes nos estudos históricos sobre aspectos culturais, Gatti Jr. (2002, p. 12) destaca que na Inglaterra, na década de 1950, os historiadores estavam passando por mudanças de paradigmas, rompendo, assim, com a historiografia tradicional e com o chamado “marxismo vulgar”; o período foi marcado por intensos debates marxistas. Em torno da revista *New Left Review*, fundada em 1957, formou-se um grupo de pensadores marxistas independentes, com destaque para Thompson, Williams e Stedman Jones, entre outros. Os dois primeiros destacaram-se no campo da história social da cultura. De acordo com o autor, *na obra de Thompson, aparece claramente uma recusa à execução de uma análise do social vinculada à dicotomia base/superestrutura, tradicionalmente ligada ao 'marxismo vulgar'. A contribuição de Williams configurou-se como sendo uma procura de, partindo da textualidade marxiana, reinterpretá-la apontando suas insuficiências e propondo novas teorizações [...] sobre a realidade social.* Estava aberta uma via de reflexão teórica para a investigação histórica da cultura a partir de sua materialidade, distinguindo-se da perspectiva da história cultural praticada à moda dos franceses, com análise da cultura pelos conceitos de representação e mediação simbólica.

Perspectivado pela história – e sob os influxos dos novos referenciais – o cotidiano responde a questões amplas, sobre as sociedades, ou melhor, sobre os homens e mulheres em movimento no tempo e no espaço. Essa história que se debruça audaciosamente sobre o cotidiano realiza-se no aparente paradoxo: ao descortinar o processo de *construção* de instituições, poderes, saberes, verdades, hábitos e tradições, pelas relações sociais e tensões inerentes a esse âmbito, *desconstrói-se* categorias abstratas, tomadas irrefletidamente como universais, independentes do terreno histórico e social em que se constituem culturalmente, rompendo com os essencialismos que tornam ininteligível a vida social em sua historicidade.

[...] Procurando enfocar o mundo da experiência comum como ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática, ela [história do cotidiano] tem demonstrado que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outros períodos. Assim, destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura pôr a nu a poesia do dia-a-dia,

permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos que compõem a trama histórica, bem como abrir um leque de possibilidades de foco de análise (MATOS: 2002, p. 25-6).

Dessa forma, a desconstrução de categorias abstratas, através da pesquisa histórica recorrendo a fontes diversas, é uma condição à compreensão menos caricata da realidade social em tempos e espaços diversos, revelando temporalidades múltiplas, novos sujeitos e práticas sociais heterogêneas, irreduzíveis, em sua historicidade, às categorias universalizantes prontas a homogeneizar a vida social, naturalizando práticas sociais, sentimentos, representações de gênero, relações de classe e, mesmo, a delimitação social dos espaços e seus usos – como a dicotomia entre público e privado.

Como observa Matos (2002, p. 38), os limites entre o público e o privado ficam mais claros a partir da era vitoriana e constroem-se conjuntamente com a definição das esferas sexuais e a delimitação dos espaços para os sexos. O lar e a família, durante o dezenove, são representados em termos naturais, universais, identificados imediatamente com a esfera do privado, enquanto o público, em oposição, representa o espaço da produção e da política, portanto, do histórico. Na imbricação dessas representações, as noções de feminino e doméstico entrelaçam-se enquanto o mesmo expediente ocorre com o ideal hegemônico de masculinidade e a noção de público, convenientemente à ordem burguesa e masculina, tecendo uma ilusória idéia de inevitabilidade dessas associações, por supô-las naturais, portanto, universais a todas as sociedades.

Sobre o problema de como fazer uma história do cotidiano e da vida privada num passado mais distante no tempo, anterior ao Estado Moderno, visto que este é tomado como critério de delimitação do conceito de privado, como oposição ao público, Fernando Novais (1997, p. 9-10), na mesma perspectiva apontada por Matos, propõem colocar o próprio conceito de privado sob as lentes da História, desconstruindo-o para resignificá-lo:

[...] se, nas pegadas de Philippe Áries (Cf. *Pour une histoire de la vie privée*), historicizarmos o conceito, alargando as indagações para as manifestações da intimidade em momentos e contextos em que seu espaço ainda não se encontrava

plenamente definido, então talvez possamos recompor a pré-história da vida privada, apanhar o seu processo *in fieri*.

Outro aspecto que merece nossa atenção no esforço de compreender o desenvolvimento dos estudos históricos do cotidiano diz respeito à extraordinária ampliação e diversificação do repertório documental, o que reflete uma das implicações dessa *Nova História* preconizada pelos franceses: a diversificação das fontes para além do documento escrito, preferencialmente oficial, monumentalizado pela historiografia tradicional.

Os estudos do cotidiano trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, que vão desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crime, ações de divórcio, até canções e músicas, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos. Os jornais e a documentação oficial, cartorial e censos não são descartados, bem como a história oral, que vem sendo utilizada intensamente e de maneira inovadora. Assim, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, para descortinar as estruturas do cotidiano (MATOS: 2002, p. 30-1).

Destacam-se, todavia, algumas dificuldades enfrentadas pela história do cotidiano, sobretudo pela diversidade de significações atribuídas à noção de cotidiano, como “vida privada”, “mundo das pessoas comuns” e “reino da rotina”. Outro desafio é analisar a relação entre as estruturas do cotidiano e as condições de produção das mudanças – aí reside a vitalidade dos estudos do cotidiano –, lançando luzes nas experiências comuns para compreensão tanto das *continuidades* quanto dos processos de *mudança social*, superando a ilusão de um cotidiano imutável através de uma abordagem analítica, relacionando-o às conjunturas e estabelecendo relações e articulações mais amplas com o processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais (MATOS: 2002, p. 31-2).

Também a desafiar a escrita da história do cotidiano está a imprescindibilidade de se considerar a historicidade das práticas sociais comuns e da configuração dos espaços, irredutíveis às generalizações prévias. Não se trata, por exemplo, de definir o

espaço público em oposição ao privado, como discutimos anteriormente, mas de perceber a singularidade das relações tramadas em espaços e tempos diferentes, bem como interpretar as tensões e representações presentes nessas conjunturas. Não há como ignorar, também, as múltiplas temporalidades que atravessam o cotidiano e conferem complexidade à compreensão da sociedade (DEL PRIORI: 1997, p. 393-8).

Merecem realce, ainda, os estudos sobre as mulheres, perscrutando-as em seu cotidiano, revelando lutas femininas, repensando mitos e estereótipos, revisando imagens cunhadas pela historiografia tradicional e questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas pelo discurso hegemônico masculino (MATOS: 2002, p. 24; 2005, p. 43-55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas nessa revisão teórica, certamente preliminar tendo em vista a brevidade deste artigo, contribuem para um esboço geral das principais características e potencialidades da *história do cotidiano*, situando-a no contexto da recente crítica historiográfica – no esforço pela ampliação do *corpus* documental e na intensificação do diálogo interdisciplinar com as ciências sociais. Objetivou-se, também, sinalizar as polêmicas e dificuldades que essa abordagem histórica produziu ao longo do desenvolvimento de sua proposta e metodologia.

Assumindo, explicitamente, um caráter didático na condução desta análise, procurou-se evidenciar as circunstâncias de desenvolvimento de uma historiografia sensível à dimensão histórica do cotidiano, como forma de compreender os processos amplos de mudança e permanência das sociedades no tempo, sem, contudo, descuidar-se dos riscos de se perder numa história fracionada em migalhas.

É necessário, contudo, um estudo mais detido das perspectivas distintas que compõem os estudos sobre o cotidiano, distinguindo-se, com mais propriedade, metodologias, conceitos e autores no âmbito dessa historiografia; é fundamental, também, analisar como está sendo a apropriação desses estudos entre os intelectuais brasileiros.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BURKE, P. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 354 p.

_____. **A escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. 154 p.

DEL PRIORE, M. **História do cotidiano e da vida privada** In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 376- 398.

GATTI JR., D. **A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas**. In: ARAÚJO, J. C. & GATTI JR., D. **Novos temas em história da educação brasileira**. São Paulo: Autores Associados, Uberlândia: Edufu, 2002. p. 3-24.

LE GOFF, J.; NORA, P. **Historia: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. 200 p.

_____. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. 238 p.

_____. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979. 193 p.

MATOS, M. I. S. d. **Cotidiano e Poder: história, cidade e poder**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 208 p.

_____. **Âncora de emoções: corpos, subjetividade e sensibilidades**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 182 p.

NOVAIS, Fernando Antonio (coord.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. v. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 523p.

THOMPSON, E. P. **La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1979. 319 p.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural** In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 189-241.